



Boletim de **TRABALHO**

DO RIO GRANDE DO SUL



JULHO | 2020

Departamento de Economia e Estatística
DEE/SEPLAG

planejamento.rs.gov.br



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento: Gilberto Pompilio de Melo Filho

Secretário Adjunto de Gestão: Marcelo Soares Alves

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe de Divisão de Pesquisa Econômica e Aplicada: Daiane Boelhouver Menezes

Revisão Técnica: André Luis Contri, Daiane Boelhouver Menezes e Sérgio Leusin Jr.

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Equipe Técnica (DEE):

Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho

Raul Luís Assumpção Bastos

Boletim de mercado de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho - Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal - Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
1 A SITUAÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, COM ÊNFASE NA INFORMALIDADE	4
1.1 INDICADORES BÁSICOS DO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO RECENTE	4
1.2 TRABALHADORES INFORMAIS NO RS	7
2 O EMPREGO FORMAL NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL (2004-18)	13
2.1 A DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO	14
2.2 A RETRAÇÃO RELATIVA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E SUA REDISTRIBUIÇÃO REGIONAL	15
2.3 DIFERENCIAIS REGIONAIS DE SALÁRIOS	18
REFERÊNCIAS	20

SUMÁRIO EXECUTIVO

A primeira seção do Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul trata do mercado de trabalho do Estado no período recente, dando ênfase à informalidade. A sua fonte de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em termos gerais, mostra-se que o mercado de trabalho do RS já evidenciou, no início de 2020, diversos indícios dos efeitos adversos da crise econômica provocada pela pandemia por Covid-19.

A força de trabalho do RS apresentou uma forte contração no 1.º trim./2020 frente ao 4.º trim./2019, apreendida pela redução de 1,0 ponto percentual (p.p.) na taxa de participação na força de trabalho e pela saída de 86 mil pessoas de seu contingente.

O nível de ocupação no Estado teve uma queda de 1,7 p.p. na comparação do 4.º trim./2019 com o 1.º trim./2020, a maior da série da PNAD Contínua entre trimestres consecutivos, o que representou uma retração de 149 mil ocupados.

A taxa de desocupação no RS sofreu uma inflação ascendente no 1.º trim./2020, com um aumento de 1,2 p.p., o maior da série da PNAD Contínua entre trimestres consecutivos, passando para 8,3%. Isso trouxe consigo um acréscimo de 63 mil pessoas no contingente de desocupados. Esse aumento da desocupação foi determinado exclusivamente pela queda do nível de ocupação, uma vez que a taxa de participação da força de trabalho se contraiu. De acordo com as características sociodemográficas, no 1.º trim./2020, a desocupação elevou-se mais entre as mulheres, os jovens de 18 a 24 anos, as pessoas com nível de instrução superior incompleto e as pessoas de cor preta.

O rendimento médio real dos ocupados no RS manteve-se estável no 1.º trim./2020 em relação ao 4.º trim./2019. A massa de rendimento real dos ocupados, todavia, registrou uma forte contração (-3,1%), a segunda mais intensa da série da Pesquisa. Esta foi causada, fundamentalmente, pela redução do nível de ocupação.

Quanto à ocupação informal do RS no 1.º trim./2020, esta evidenciou uma queda muito intensa, de 104 mil pessoas, o que representou cerca de 70,0% da retração no total de ocupados do Estado. Como decorrência desse comportamento adverso, a taxa de

informalidade passou de 34,0% no 4.º trim./2019 para 33,0% no 1.º trim./2020.

A taxa de informalidade entre os homens mostrou-se levemente superior à das mulheres no 1.º trim./2020, situando-se em 33,3%, contra 32,7% entre as últimas. A composição da ocupação informal por gênero evidencia uma leve sobrerrepresentação dos homens, quando comparada com a da força de trabalho.

O rendimento-hora médio real dos ocupados informais no RS registrou redução no 1.º trim./2020 frente ao 4.º trim./2019 (-2,2%), sinalizando perdas provocadas pela retração da atividade econômica. Ao se segmentar os ocupados informais por gênero no RS, pode-se constatar que o desempenho do rendimento-hora médio real, na comparação do 1.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, foi pior entre os homens em relação às mulheres (variações negativas 3,4% e 0,5% respectivamente). Como decorrência, a redução do hiato de rendimento de gênero entre os ocupados informais foi provocada por uma perda mais acentuada do rendimento-hora médio real dos homens em comparação ao das mulheres — ou seja, a queda na desigualdade de rendimentos de gênero não foi o resultado de um movimento promissor para ambos os segmentos.

Na segunda seção, aborda-se a evolução do mercado formal de trabalho em uma perspectiva regional, com base na subdivisão do Estado em nove Regiões Funcionais (RFs). Analisam-se, de 2004 a 2018, o volume de emprego e os diferenciais de salários médios. Em ambos os casos, faz-se um destaque ao comportamento do setor industrial. A fonte dos dados é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, anteriormente Ministério do Trabalho.

No agregado do Rio Grande do Sul e em todas as suas regiões — a despeito das diferenças, regionais e temporais, de intensidade —, os primeiros anos da série foram de crescimento continuado do emprego. No Estado em seu conjunto, essa tendência resistiu até 2014, seguindo-se quatro resultados anuais negativos.

O emprego formal no Rio Grande do Sul é fortemente concentrado na RF1, nucleada pela Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que detinha 47,5% do total de vínculos em 2018; seguem-se a RF3, que abrange a Serra, com 13,3%, e a RF9, o Norte,

com 8,6% do total. As três regiões, contíguas, representavam 69,4% do emprego formal gaúcho. A menor parcela localizava-se na RF4, do Litoral Norte: apenas 2,4%.

Nos anos de crise, entre 2014 e 2018, a RF1 perdeu 9,7% de seus empregos, frente aos -6,7% do Estado. Quase tão intenso (-9,6%) foi o recuo na RF5, o extremo sul gaúcho. A terceira retração mais severa ocorreu na RF3. Apenas duas regiões lograram estabilidade e até um discreto crescimento (0,6%): a RF4 (Litoral) e a RF6 (Campanha).

No cômputo dos 15 anos, a RF1 foi a única a perder participação no emprego gaúcho. Foram quase 5 p.p., de 52,2% para os 47,5% referidos. Essa tendência atravessa toda a série. De 2004 a 2018, o emprego metropolitano teve variação de 20,4%, bastante inferior ao do Estado (32,2%) e 15 p.p. atrás da região com o segundo pior desempenho — justamente a RF3, a segunda maior, o que reforça a percepção de que uma desconcentração do emprego estadual. A região que mais avançou, proporcionalmente, é a mais diminuta, a RF4, do Litoral: com um crescimento de 90% no total de empregados, sua participação passou de 1,7% para 2,4% do total do RS. Já a RF cuja participação mais cresceu em pontos percentuais foi a RF9 (de 7,3% para 8,6%).

É na indústria de transformação (IT) que se configura o recuo relativo da RF1 no emprego do RS. A região eliminou 13,2% de seus postos industriais entre 2004 e 2018. No Estado, o resultado foi positivo, mas limitou-se a 1,35%, pois, setorialmente, a IT perdeu participação (de 28,4% para 21,8% do emprego total). A RF1 teve forte contração nos subsetores de calçados e de borracha, fumo e couros, mas em percentuais semelhantes ao do agregado do Estado. Na metalurgia e na química, a RF1 amargou perda, enquanto o Estado conseguiu crescer; na mecânica e em alimentos e bebidas, houve expansão na RMPA e entorno, porém inferior ao crescimento estadual.

O emprego da IT expandiu-se com mais impulso relativo em regiões de menor expressão. Uma trajetória única é a da RF5, que viveu guinadas drásticas — primeiramente, de dinamização e, a seguir, de esvaziamento —, em função da promessa e do malogro do projeto do polo naval. O destaque positivo recaí sobre uma região que sediava apenas 2,0% dos empregos industriais do RS em 2018, a RF6, zona da Campanha, onde o contingente cresceu 39,7%.

Durante toda a série, os salários médios do conjunto dos setores tiveram na RF1 seu mais alto valor, mas observa-se tendência à convergência. A RF4 é, no início e no fim do período, a que pagou menos, mas a distância frente à RF1 caiu de 45% para 36,5%. A região serrana mantém-se como segundo maior salário médio até o momento de maior aquecimento da RF5. Mesmo após o revés daquela região, os salários não recuaram tão intensamente e superaram os da RF3 por vários anos. Quanto aos salários industriais, a RF1 liderou até 2010, quando foi ultrapassada pela RF3. Entre 2012 e 2014, a RF5 superou a RMPA e seu entorno, chegando a ultrapassar a RF3 em 2013 e 2014. Nesse setor, porém, o refluxo econômico expressa-se nas remunerações, e, em 2018, ela se encontrava na quinta posição. A RF8 destaca-se, pela expressiva redução de seu diferencial negativo.

1 A SITUAÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL, COM ÊNFASE NA INFORMALIDADE

Esta seção do Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul tem o objetivo de apresentar indicadores básicos do mercado de trabalho estadual no começo de 2020, dando ênfase àqueles relacionados com a informalidade. A fonte de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece indicadores com frequência trimestral para as unidades da Federação.

Ao lado da evolução de indicadores usuais do mercado de trabalho do RS no 1.º trim./2020, esta seção do Boletim destaca o trabalho informal nesse mesmo período. Isto porque tem sido reconhecido que esse segmento da força de trabalho (FT), por não ter acesso a direitos e garantias legais, será mais severamente atingido pela crise econômica provocada pela pandemia por Covid-19¹. De acordo com o que será mostrado neste boletim, a redução da ocupação informal no RS, no 1.º trim./2020 frente ao trimestre imediatamente anterior, de 104 mil pessoas, foi responsável por cerca de 70,0% da queda no contingente total de ocupados.

A seção encontra-se assim organizada: no tópico 1.1, apresenta-se a evolução de indicadores básicos do mercado de trabalho do RS no 1.º trim./2020, e, no tópico 1.2, o foco está concentrado nos trabalhadores informais.

1.1 INDICADORES BÁSICOS DO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO RECENTE

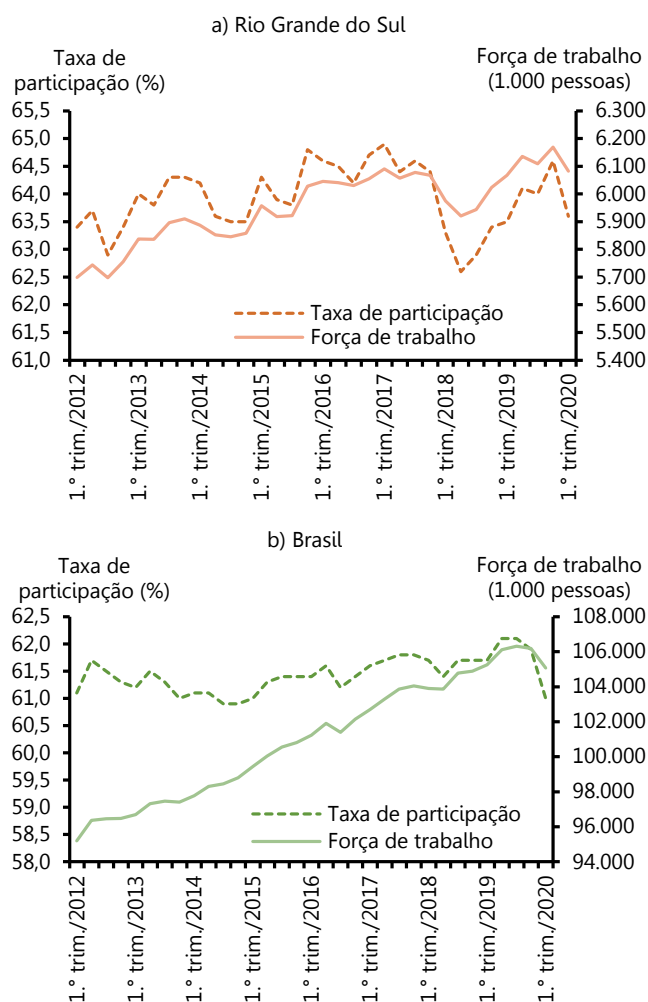
Iniciando a apresentação dos indicadores pela ótica da oferta de trabalho, a taxa de participação na força de trabalho² (TPFT) no RS vinha evidenciando um processo de recuperação desde o 3.º trim./2018, tendo atingido 63,6% no 4.º trim./2019 (Gráfico 1.a).

¹ Ver, a respeito, o documento da Organização Internacional do Trabalho **ILO Monitor third edition: COVID-19 and the world of work**. Geneva: ILO, 2020.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela população em idade de trabalhar, que corresponde aos indivíduos de 14 anos ou mais de idade, e é expressa em termos percentuais.

No 1.º trim./2020, esse indicador registrou um movimento descendente na sua trajetória, diminuindo um ponto percentual, em um comportamento que sinalizava os efeitos da pandemia por Covid-19 sobre o mercado de trabalho estadual. Na comparação do 1.º trim./2020 com o último trimestre de 2019, essa redução na TPFT representou a saída de 86 mil pessoas da FT do RS, a segunda maior retração entre trimestres consecutivos da série da PNAD Contínua³. No âmbito do País, a TPFT também apresentou declínio na comparação do 1.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, cuja intensidade foi semelhante à do RS (0,9 p.p.) — Gráfico 1.b.

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho e força de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2020



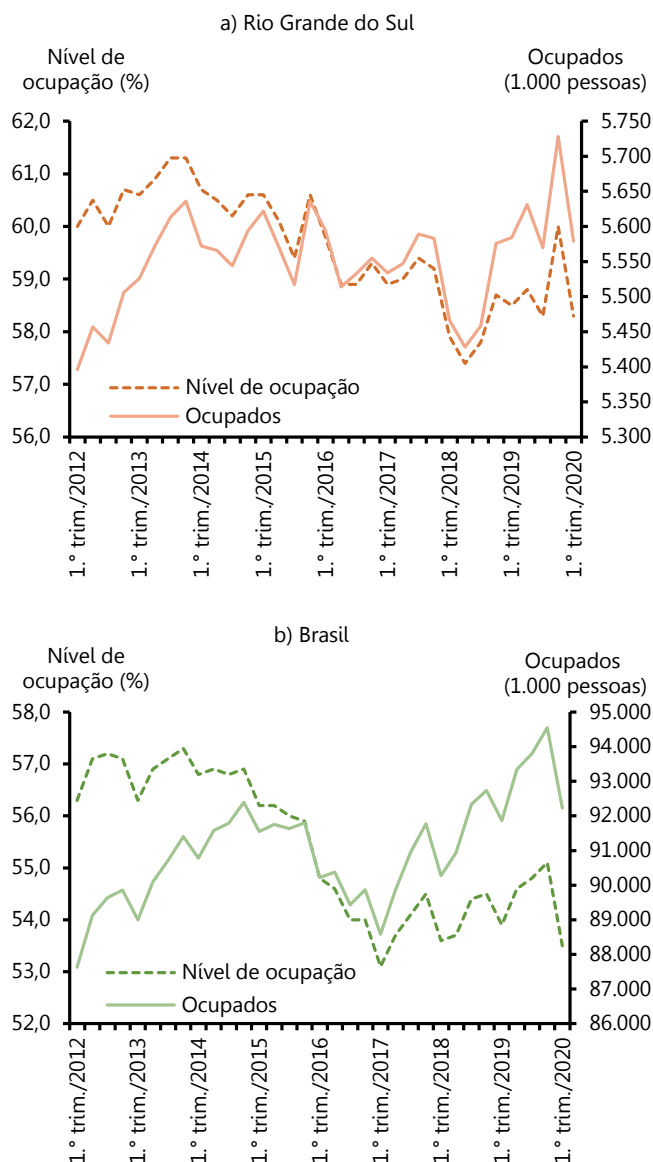
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020)

³ A maior retração da FT do Estado, entre trimestres consecutivos, ocorreu em um contexto de recuperação econômica, no 1.º trim./2018, no qual 92 mil pessoas saíram do mercado de trabalho.

Por sua vez, o nível de ocupação⁴ (NO) estava em um processo de recuperação no RS desde o 3.º trim./2018, o qual se estendeu até o 4.º trim./2019, quando chegou a 60,0% (Gráfico 2.a). Esse processo foi interrompido no 1.º trim./2020, com uma queda do NO para 58,3%, o que representou uma retração de 2,6% no contingente de ocupados (menos 149 mil pessoas), a maior da série da PNAD Contínua. O fato de o NO ter tido redução no 1.º trim./2020, frente ao trimestre anterior, é praticamente um padrão de comportamento. Todavia, o que é singular foi o tamanho da retração (1,7 p.p.), a de maior magnitude da PNAD Contínua entre trimestres consecutivos. Quanto ao País, este também registrou retração do NO entre o 4.º trim./2019 e o 1.º trim./2020, e esta foi de intensidade semelhante à do RS (1,6 p.p.) — Gráfico 2.b. Também neste caso, trata-se da maior retração do NO entre trimestres consecutivos no País.

Após ter atingido 8,8% no 3.º trim./2019, a taxa de desocupação (TD) no RS evidenciou uma queda para 7,1% no 4.º trim./2019 (Gráfico 3.a). Já no 1.º trim./2020, a TD registrou uma elevação para 8,3%, o maior incremento da série da PNAD Contínua entre trimestres consecutivos. Esse comportamento deveu-se exclusivamente à queda do NO, uma vez que ocorreu saída de pessoas da FT. O acréscimo no contingente de desocupados foi de 63 mil pessoas, o qual se elevou para 504 mil desocupados. No País, a TD, que vinha diminuindo desde o 2.º trim./2019, aumentou para 12,2% no 1.º trim./2020, com um acréscimo de 1,2 p.p. em relação ao trimestre anterior (Gráfico 3.b).

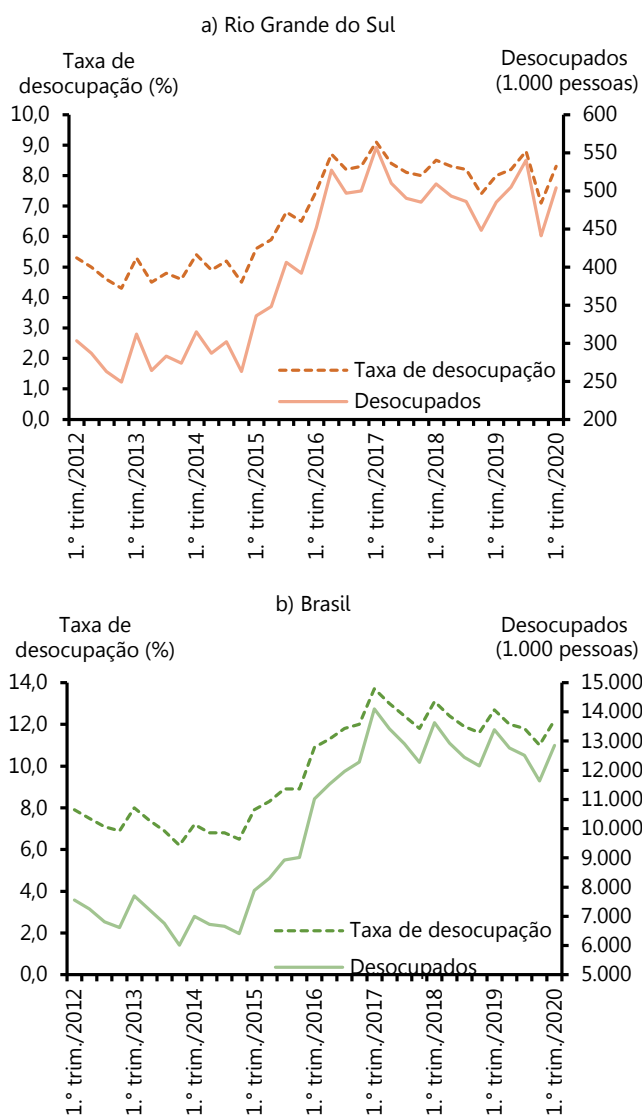
Gráfico 2 - Nível de ocupação e contingente de ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2020



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

⁴ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela população em idade de trabalhar, sendo expresso em termos percentuais.

Gráfico 3 - Taxa de desocupação e contingente de desocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2020



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Quanto à evolução da desocupação por características sociodemográficas no RS no período recente, os seguintes aspectos podem ser destacados (Tabela 1.a). No 1.º trim./2020 frente ao 4.º trim./2019, a TD elevou-se um pouco mais entre as mulheres (1,3 p.p.) do que entre os homens (1,0 p.p.); por faixas etárias, o maior aumento da TD ocorreu entre os jovens de 18 a 24 anos (2,6 p.p.); por níveis de instrução, o maior incremento da TD foi verificado entre as pessoas com escolaridade superior incompleta (2,9 p.p.); e, por cor ou raça, destacou-se o acréscimo da TD das pessoas pretas (3,1 p.p.), o mais elevado entre todos os recortes sociodemográficos analisados. No plano nacional,

na comparação do 1.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, a TD teve maior incremento entre as mulheres, entre as pessoas com escolaridade média incompleta ou completa e entre as pessoas de cor preta. De todos esses segmentos, aqueles cujos acréscimos na TD foram maiores são os com níveis de instrução média incompleta e completa (em ambos os casos, 1,9 p.p.) — Tabela 1.b.

Tabela 1 - Taxa de desocupação por características sociodemográficas no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020

a) Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020 (%)		
	1.º TRIM/2019	4.º TRIM/2019	1.º TRIM/2020
Total	8,0	7,1	8,3
Homens	6,3	5,7	6,7
Mulheres	9,9	8,8	10,1
De 14 a 17 anos	38,4	33,2	32,3
De 18 a 24 anos	18,7	16,0	18,6
De 25 a 39 anos	6,9	6,7	8,2
De 40 a 59 anos	4,5	4,1	4,9
60 anos ou mais	3,0	2,4	2,5
Fundamental incompleto	7,4	7,5	9,0
Fundamental completo ...	9,6	10,7	10,1
Médio incompleto	15,2	12,7	14,3
Médio completo	8,5	7,1	8,4
Superior incompleto	7,7	6,5	9,4
Superior completo	4,3	3,2	3,7
Branco	7,0	6,3	7,2
Pretos	12,5	10,4	13,5
Pardos	11,6	10,7	12,8

b) Brasil

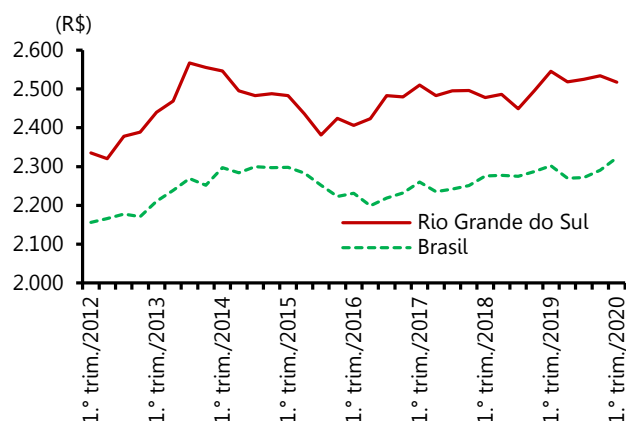
DISCRIMINAÇÃO	1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020 (%)		
	1.º TRIM/2019	4.º TRIM/2019	1.º TRIM/2020
Total	12,7	11,0	12,2
Homens	10,9	9,2	10,4
Mulheres	14,9	13,1	14,5
De 14 a 17 anos	44,5	39,2	44,0
De 18 a 24 anos	27,3	23,8	27,1
De 25 a 39 anos	11,9	10,3	11,2
De 40 a 59 anos	7,5	6,6	7,5
60 anos ou mais	4,5	4,2	4,4
Fundamental incompleto	11,4	10,5	11,3
Fundamental completo ...	13,9	12,3	13,8
Médio incompleto	22,1	18,5	20,4
Médio completo	14,5	12,2	14,1
Superior incompleto	14,1	12,5	14,0
Superior completo	6,9	5,6	6,3
Branco	10,2	8,7	9,8
Pretos	16,0	13,5	15,2
Pardos	14,5	12,6	14,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Utilizando-se agora o 1.º trim./2019 como base comparativa, a taxa de desocupação no RS, no 1.º trim./2020, evoluiu mais desfavoravelmente entre os homens (acréscimo de 0,4 p.p.), os adultos de 25 a 29 anos (mais 1,3 p.p.), os indivíduos com nível de instrução superior incompleto (mais 1,7 p.p.) e os de cor parda (mais 1,2 p.p.) — Tabela 1.a. No âmbito do País, na mesma referência comparativa, em comportamento distinto ao do RS, a queda da taxa de desocupação foi maior entre os homens, os adultos de 25 a 39 anos, os indivíduos com escolaridade média incompleta e os de cor preta (Tabela 1.b).

O rendimento médio real dos ocupados no RS, após registrar perdas relevantes provocadas pela recessão econômica anterior, estava em um processo de recuperação desde o 3.º trim./2015 (Gráfico 4). No 1.º trim./2020, esse indicador permaneceu estável em relação ao 4.º trim./2019⁵. No que diz respeito ao País, o rendimento médio real dos ocupados também estava em um processo de recuperação — ainda que iniciado depois do RS — desde o 2.º trim./2016, o qual se manteve no 1.º trim./2020, com um acréscimo de 1,4% em relação ao trimestre anterior (Gráfico 4). Em síntese, o rendimento médio real tanto no Estado quanto no âmbito do País, no 1.º trim./2020, diferentemente do NO e da TD, ainda não havia apresentado sinais de deterioração.

Gráfico 4 - Rendimento médio real dos ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2020



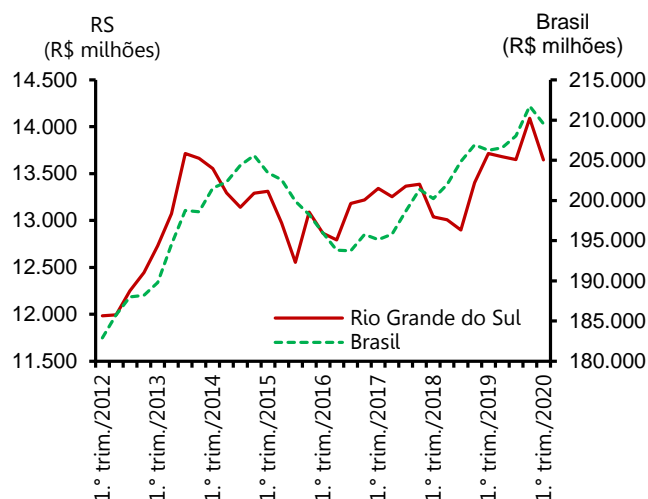
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 1.º trim./2020.

⁵ A diferença do rendimento médio real dos ocupados no RS do 1.º trim./2020 em relação ao 4.º trim./2019 não tem significância estatística. Ver, a respeito, Quadro sintético da PNAD Contínua das unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

No que diz respeito à massa de rendimento real dos ocupados, esse indicador mostrava um processo de recuperação no Estado desde o 4.º trim./2018, tendo atingido o ponto máximo de sua série temporal no 4.º trim./2019 (Gráfico 5). Todavia, no 1.º trim./2020, ele registrou uma forte contração (-3,1%), a segunda mais intensa de sua série temporal⁶. No âmbito do País, na mesma referência comparativa, a massa de rendimento real dos ocupados também evidenciou queda, mas de menor magnitude do que a verificada no RS (-1,0%) — ainda assim, esta foi a quarta redução mais intensa de sua série temporal. Pode-se estabelecer a conclusão, recuperando-se as evidências contidas no Gráfico 2 deste boletim, de que a contração da massa de rendimento real no 1.º trim./2020, tanto no RS quanto no País, deveu-se, fundamentalmente, à redução do contingente de ocupados.

Gráfico 5 - Massa de rendimento real dos ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2020



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Nota: Massa de rendimento real habitual do trabalho principal.

1.2 TRABALHADORES INFORMAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Este tópico trata dos ocupados informais na economia gaúcha, dando destaque ao comportamento recente dos indicadores da PNAD Contínua relativos ao 1.º trim./2020. Uma das motivações para tanto foi suscitada por uma manifestação da Organização Internacional do Trabalho, no sentido de que “Os traba-

⁶ A maior queda da massa de rendimento real no RS (-3,2%) ocorreu durante a recessão econômica anterior, no 3.º trim./2015.

lhadores da economia informal [...] sofrerão desproporcionalmente os efeitos adversos da Covid-19 associados às medidas de *lockdown* ou de distanciamento social [...]” (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2020, p. 23).⁷ Busca-se, assim, identificar os sinais iniciais da crise econômica provocada pela pandemia sobre os trabalhadores informais no RS.

Para dar conta do objetivo deste tópico, utiliza-se a delimitação de trabalho informal adotada pelo IBGE, que engloba cinco categorias: empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada; empregador sem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); trabalhador por conta própria sem registro no CNPJ; e trabalhador familiar auxiliar.⁸

De acordo com o que se pode constatar na Tabela 2.a, o contingente de ocupados informais evidenciou uma queda muito acentuada no RS no 1.º trim./2020, em relação ao 4.º trim./2019, de 5,3% (menos 104 mil pessoas). Esta correspondeu a 69,8% da redução de 149 mil ocupados verificada no Estado, no período. A categoria que mais se destaca para esse desempenho negativo é aquela que tem o maior peso na estrutura da informalidade, a dos trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ (-52 mil ocupados).

Ao se desagregar os trabalhadores informais por gênero, no que diz respeito aos homens, identifica-se uma contração de 5,7% no contingente de ocupados (menos 62 mil pessoas), na comparação do 1.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, e, entre as mulheres, de 4,9% (menos 42 mil ocupadas) — Tabela 2.b e 2.c. Quanto aos homens, destaca-se a perda de ocupação informal entre os trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ. Já entre as mulheres, as reduções foram mais difusas entre as diferentes categorias.

Quando se coteja o 1.º trim./2020 com o 1.º trim./2019, ratifica-se o movimento de queda da ocupação informal no RS, ainda que com menos intensidade (-3,4%, menos 64 mil ocupados) — Tabela 2.a. Na segmentação por sexo da ocupação informal, a redução do contingente de ocupados foi maior entre as mulheres (-4,5%, menos 39 mil pessoas) do que entre os homens (-2,4%, menos 25 mil ocupados) — Tabela 2.b e 2.c.

⁷ ILO Monitor third edition: COVID-19 and the world of work. Geneva: International Labour Organization, 2020.

⁸ Sobre a delimitação da economia e do trabalho informal, ver o capítulo 1 de **Women and men in the informal economy: a statistical picture**. Geneva: International Labour Organization, 2018.

Tabela 2 - Ocupados informais por categoria, total e por sexo, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020

a) total (1.000 pessoas)			
CATEGORIA	1º TRIM./2019	4º TRIM./2019	1º TRIM./2020
Empregados sem carteira ...	450	540	508
Domésticos sem carteira	231	230	223
Empregador sem CNPJ	42	43	41
Conta própria sem CNPJ	995	970	918
Trabalhador familiar	189	164	153
TOTAL	1.907	1.947	1.843
b) homens (1.000 pessoas)			
CATEGORIA	1º TRIM./2019	4º TRIM./2019	1º TRIM./2020
Empregados sem carteira ...	288	336	317
Domésticos sem carteira	15	13	18
Empregador sem CNPJ	28	34	33
Conta própria sem CNPJ	654	646	606
Trabalhador familiar	61	54	47
TOTAL	1.046	1083	1.021
c) mulheres (1.000 pessoas)			
CATEGORIA	1º TRIM./2019	4º TRIM./2019	1º TRIM./2020
Empregados sem carteira ...	162	204	191
Domésticos sem carteira	216	217	205
Empregador sem CNPJ	14	9	8
Conta própria sem CNPJ	341	324	312
Trabalhador familiar	128	110	106
TOTAL	861	864	822

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020a).
Nota: Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

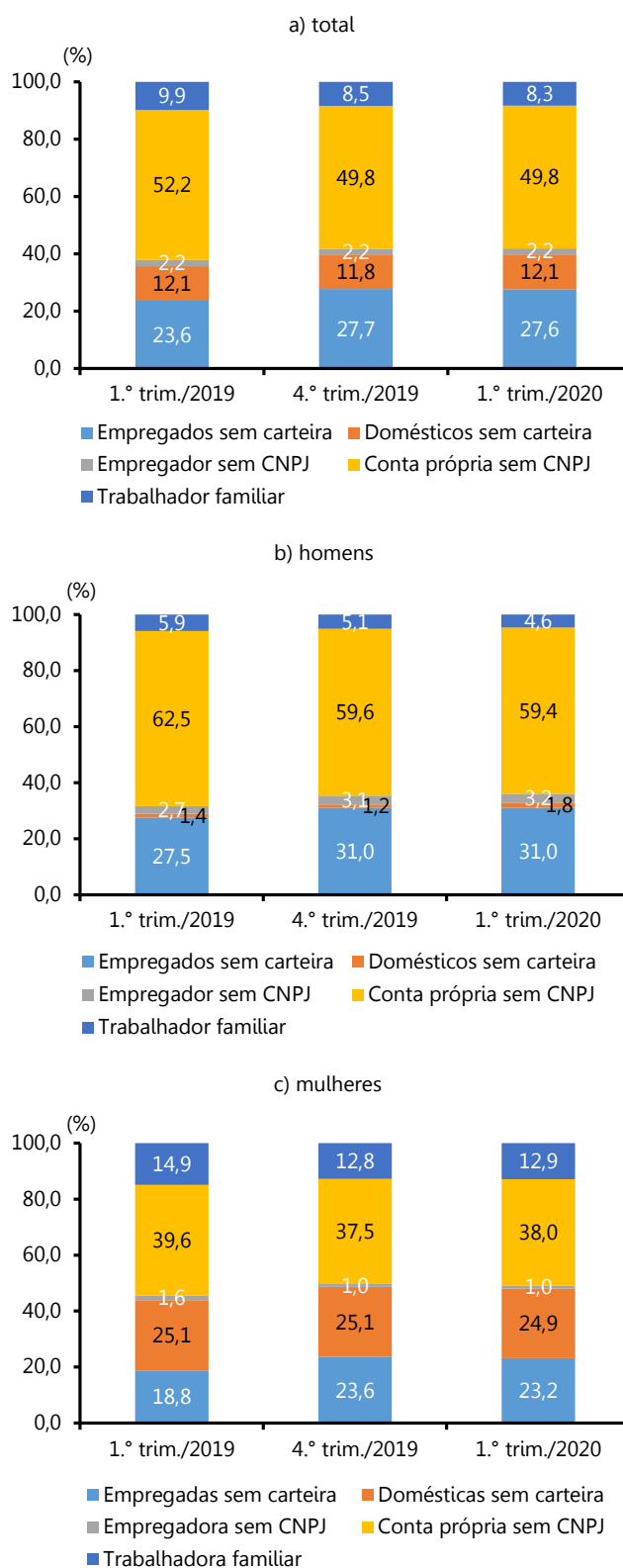
A estrutura por categorias da ocupação informal total no RS manteve-se relativamente estável no 1.º trim./2020 frente ao 4.º trim./2019 (Gráfico 6.a). Como foi possível antever há pouco com os dados dos contingentes, as categorias cujas parcelas relativas mais se destacam no 1.º trim./2020 são a dos trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ (49,8%) e a dos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (27,6%). Quando se segmenta a ocupação informal por gênero, são reveladas diferenças importantes na sua estrutura por categorias (Gráfico 6.b e 6.c): entre os homens, o peso relativo dos trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ foi de 59,4% no 1.º trim./2020, e, entre as mulheres, de 38,0%; no que diz respeito aos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, a parcela relativa foi de 31,0% entre os homens e de 23,2% entre as mulheres; e, ainda mais acentuadas, são as diferenças no emprego doméstico sem carteira de

trabalho assinada, pois a parcela relativa entre as mulheres, no 1.º trim./2020, foi de 24,9%, e, entre os homens, foi ínfima, de apenas 1,8%, o que ratifica a compreensão de que esta modalidade de inserção na estrutura ocupacional é eminentemente feminina.

Na comparação do 1.º trim./2020 com o mesmo trimestre de 2019, a mudança mais nítida na estrutura da ocupação informal foi o aumento da parcela relativa de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (4,0 p.p.) e a retração daquela dos trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ (2,4 p.p.) — Gráfico 6.a. Tal mudança foi verificada para ambos os sexos: entre os homens, a parcela relativa de empregados sem carteira de trabalho assinada aumentou 3,5 p.p., e, entre as mulheres, 4,4 p.p.; e, em sentido antagônico, a parcela relativa de conta própria sem CNPJ, entre homens, diminuiu 3,1 p.p., e, entre as mulheres, 1,6 p.p. (Gráfico 6.b e 6.c).

A taxa de informalidade⁹ foi de 33,0% no RS no 1.º trim./2020, evidenciando uma leve redução em relação tanto ao quarto como ao primeiro trimestre de 2019, quando se situava em 34,0% e 34,2% respectivamente (Gráfico 7). Ainda que esse resultado represente uma mudança modesta na composição da ocupação total do Estado, trata-se de um indício que vai ao encontro da ideia de que os informais estão sendo mais atingidos pela contração da atividade econômica que ocorreu no 1.º trim./2020, uma vez que perderam peso relativo na ocupação total do RS.

Gráfico 6 - Distribuição dos ocupados informais por categoria, total e por sexo, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020

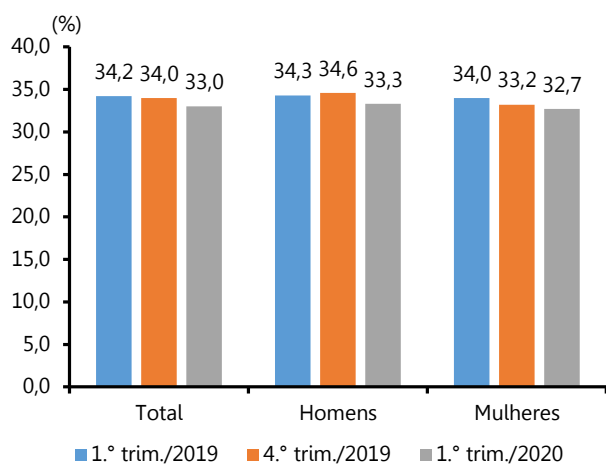


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020a).

Nota: Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

⁹ A taxa de informalidade é obtida pela divisão dos ocupados informais pelo total de ocupados.

Gráfico 7 - Taxa de informalidade, total e por sexo, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020



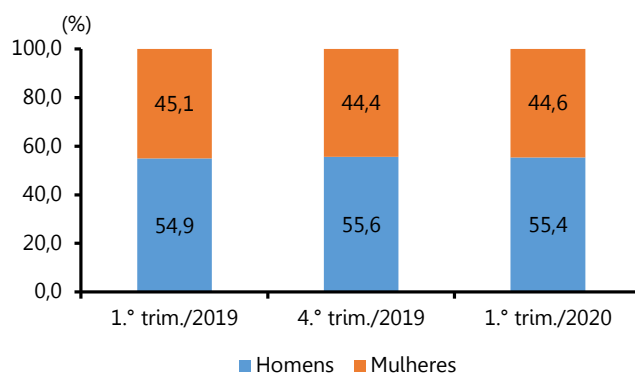
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020a).

Nota: Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

Desagregando-se esse indicador por gênero, entre os homens a taxa de informalidade no RS teve uma retração de 34,6% no 4.º trim./2019 para 33,3% no 1.º trim./2020, enquanto, entre as mulheres, passou de 33,2% para 32,7%, com o que a diferença entre ambas voltou a ser aproximar daquela verificada no 1.º trim./2019 (Gráfico 7). No que diz respeito à composição da ocupação informal por gênero no RS, esta ficou praticamente estável no 1.º trim./2020 em relação ao 4.º trim./2019, sendo que nela a parcela relativa de homens era de 55,4%, e a de mulheres, de 44,6% (Gráfico 8). Já na comparação do primeiro trimestre de 2020 com o de 2019, ocorreu aumento de meio ponto percentual no peso relativo dos homens na ocupação informal do Estado. Assinale-se, ainda, que a composição da ocupação informal por gênero é relativamente semelhante à da FT, com uma leve sobrerrepresentação de homens nesse segmento do mercado de trabalho.¹⁰

¹⁰ A parcela relativa de homens na FT do RS, no 1.º trim./2020, era de 54,0%, enquanto, na ocupação informal, era de 55,4%.

Gráfico 8 - Distribuição dos ocupados informais, por sexo, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020a).

Nota: Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

A média de horas semanais trabalhadas pelos ocupados informais no RS pouco se alterou no 1.º trim./2020 frente ao 4.º trim./2019 (36,1 horas e 35,8 horas respectivamente) — Gráfico 9a. Para as diferentes categorias de ocupados informais, nessa referência comparativa, ocorreram modestas oscilações da média de horas semanais trabalhadas. A categoria de domésticos sem carteira de trabalho assinada é aquela que evidenciou a menor média de horas semanais trabalhadas (28,7 horas no 1.º trim./2020), o que pode configurar mais claramente uma situação de subutilização de mão de obra por insuficiência de horas de trabalhadas.¹¹

É considerável a diferença entre homens e mulheres ocupados informais no que se refere à média de horas semanais trabalhadas no RS (Gráfico 9.b e 9.c). Nesse sentido, as mulheres evidenciaram, no 1.º trim./2020, uma média de horas semanais trabalhadas 8,4 horas inferior à dos homens, sendo que essa diferença se manteve estável em relação ao 4.º trim./2019. Em todas as categorias de ocupados informais constata-se que há uma diferença desfavorável às mulheres na média de horas semanais trabalhadas. A maior delas, no 1.º trim./2020, foi entre os trabalhadores por conta própria (9,7 horas), e a menor, entre os trabalhadores familiares (1,4 hora). Na comparação do 1.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, pode-se perceber o aumento da diferença desfavorável às mulheres desse indicador entre os empregadores e entre trabalhado-

¹¹ Trata-se de uma situação em que o indivíduo gostaria de trabalhar um número maior de horas por semana, mas não consegue pelas circunstâncias em que o mercado de trabalho se encontra.

res familiares e a redução entre os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado.¹²

Na comparação do 1.º trim./2020 com o mesmo trimestre de 2019, ocorreram leves oscilações negativas da média de horas semanais trabalhadas pelos ocupados informais no RS, tanto para o indicador total quanto para os desagregados por gênero: para o total, esta foi de menos 0,7 hora; para os homens, de 0,7 hora; e, para as mulheres, de 0,9 hora (Gráfico 9). Esse foi o movimento predominante entre as diferentes categorias de ocupados informais, com as exceções dos homens empregados domésticos sem carteira, das mulheres empregadoras sem CNPJ — segmentos de peso relativo ínfimo na ocupação informal —, e para as dos trabalhadores familiares, para os quais a média de horas semanais trabalhadas registrou elevação.

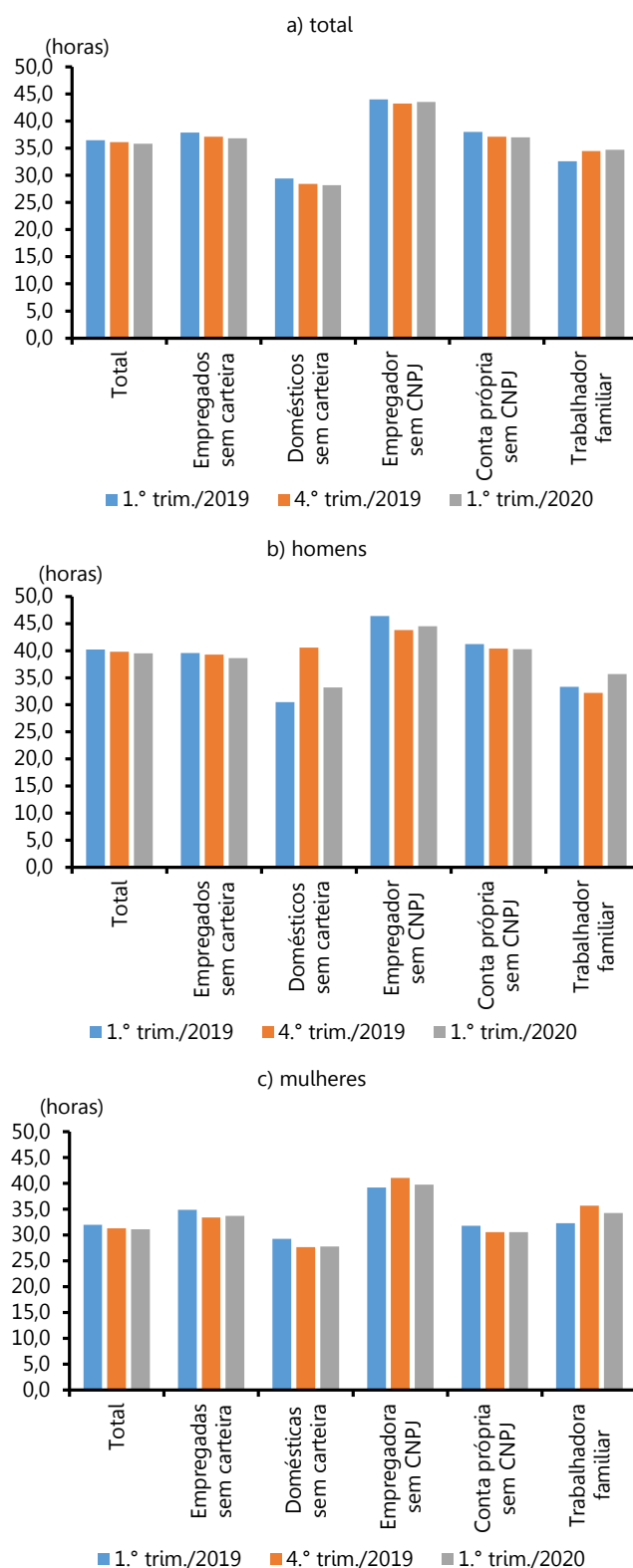
O rendimento-hora médio real dos ocupados informais no RS teve redução no 1.º trim./2020 frente ao 4.º trim./2019 (-2,2%), sinalizando perdas provocadas pela retração da atividade econômica (Tabela 3.a). Nessa referência comparativa, três categorias de informais evidenciaram quedas nos rendimentos, sendo a mais expressiva a dos empregadores sem registro no CNPJ, de cerca de um quarto. Houve uma categoria cujo desempenho foi distinto, a dos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, com uma variação positiva do rendimento-hora médio real de 8,6%.¹³

Não obstante o comportamento desfavorável do rendimento-hora médio real acima descrito, quando se compara o primeiro trimestre de 2020 com mesmo trimestre do ano anterior, o indicador sob análise ainda registra acréscimo (Tabela 3). Para o total de ocupados informais, nessa referência comparativa, o aumento do rendimento-hora real foi de 2,0%. Entre as diferentes categorias, o melhor desempenho continuou sendo entre os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, cujo incremento do rendimento-hora médio real foi de 7,3%.

¹² A categoria de domésticos, entre os homens, evidenciou uma grande oscilação da média de horas semanais trabalhadas no 4.º trim./2019. Todavia, como o contingente de ocupados dessa categoria é muito pequeno — ver Tabela 2.a —, isso provavelmente dificulta a estimativa desse indicador com maior precisão.

¹³ Essa variação, expressiva em termos relativos, apreende o aumento de R\$ 0,90 no rendimento-hora médio real dos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, que passou de R\$ 10,50 no 4.º trim./2019 para R\$ 11,40 no 1.º trim./2020.

Gráfico 9 - Média de horas semanais trabalhadas pelos ocupados informais, por categoria, total e por sexo, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020a).

Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.
2. Horas habituais no trabalho principal.

Tabela 3 - Taxa de variação do rendimento-hora médio real dos ocupados informais por categoria, total e por sexo, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020

a) total (%)		
CATEGORIA	1º TRIM/2020 1º TRIM/2019	1º TRIM/2020 4º TRIM/2019
Empregados sem carteira ...	7,3	8,6
Domésticos sem carteira	2,6	-5,0
Empregador sem CNPJ	0,4	-24,8
Conta própria sem CNPJ	0,8	-3,4
Trabalhador familiar	-	-
Total	2,0	-2,2

b) homens (%)		
CATEGORIA	1º TRIM/2020 1º TRIM/2019	1º TRIM/2020 4º TRIM/2019
Empregados sem carteira	13,7	12,0
Domésticos sem carteira	-8,2	7,2
Empregador sem CNPJ	-9,0	-28,1
Conta própria sem CNPJ	-2,0	-5,2
Trabalhador familiar	-	-
Total	1,3	-3,4

c) mulheres (%)		
CATEGORIA	1º TRIM/2020 1º TRIM/2019	1º TRIM/2020 4º TRIM/2019
Empregadas sem carteira	-2,7	3,1
Domésticas sem carteira	3,4	-5,2
Empregadora sem CNPJ	24,7	-9,4
Conta própria sem CNPJ	6,4	0,3
Trabalhadora familiar	-	-
Total	2,8	-0,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020a).

- Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.
2. Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal.
3. Total não inclui trabalhador familiar.

Ao se segmentar os ocupados informais por gênero no RS, pode-se constatar que o desempenho do rendimento-hora médio real, na comparação do 1.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, foi pior entre os homens em relação às mulheres (variações negativas 3,4% e 0,5% respectivamente) — Tabela 3.b e 3.c. Para o segmento masculino, o decréscimo do rendimento-hora médio real ocorreu devido às quedas verificadas entre os trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ (-5,2%) e entre os empregadores sem registro no CNPJ (-28,1%). Quanto ao segmento feminino, a leve variação negativa do rendimento-hora médio real, na comparação do 1.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, foi influenciada, fundamentalmente, pela

perda verificada entre as empregadas domésticas sem carteira de trabalho assinada (-5,2%).¹⁴

Na comparação do 1.º trim./2020 com o 1.º trim./2019, o desempenho do rendimento-hora real entre os ocupados informais foi positivo para ambos os sexos e mais favorável para as mulheres (acréscimo de 2,8%) em relação aos homens (acréscimo de 1,3%) — Tabela 3. Para o segmento feminino, nessa base comparativa, todas as categorias tiveram comportamento favorável do rendimento-hora médio real, à exceção das empregadas sem carteira de trabalho assinada no setor privado. E, no que diz respeito aos homens, o desempenho positivo do indicador sob análise deveu-se exclusivamente aos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, cujo comportamento foi, portanto, díspar ao verificado entre as mulheres.

Tendo por referência o desempenho do rendimento-hora médio real de homens e mulheres ocupados informais no RS, passa-se a examinar a evolução do hiato de rendimento de gênero (HRG) no período recente. Conforme se pode constatar na Tabela 4, para o total de ocupados informais, o HRG diminuiu de 12,3% no 4.º trim./2019 para 9,6% no 1.º trim./2020. Quando se coteja esse resultado com aqueles que estão contidos na Tabela 3, percebe-se que a redução da desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres foi provocada por uma perda mais acentuada do rendimento-hora médio real entre os primeiros em comparação às últimas — ou seja, para o total de informais, a queda na desigualdade de rendimentos de gênero não é o resultado de um movimento promissor para ambos os segmentos.

Tabela 4 - Hiato de rendimento de gênero dos ocupados informais, total e por categoria, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019, 4.º trim./2019 e 1.º trim./2020

CATEGORIA (%)			
	1º TRIM/2019	4º TRIM/2019	1º TRIM/2020
Empregados sem carteira	-14,1	-6,0	2,3
Domésticos sem carteira	-1,5	-29,3	-14,4
Empregador sem CNPJ	30,8	24,7	5,2
Conta própria sem CNPJ	4,0	1,5	-4,2
Trabalhador familiar	-	-	-
Total	10,9	12,3	9,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020a).

- Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.
2. Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal.
3. Total não inclui trabalhador familiar.

¹⁴ As mulheres empregadoras sem registro no CNPJ tiveram um grande decréscimo no rendimento-hora médio real, na comparação do 1.º trim./2020 com o 4.º trim./2019. Todavia, é importante recuperar que esse segmento correspondia a somente 1,0% da ocupação informal feminina total do RS (Gráfico 6.c).

Chama a atenção que havia, no 1.º trim./2020, no RS, duas categorias de ocupados informais cujos rendimentos eram menores entre os homens em relação às mulheres, os empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ. Na primeira, o rendimento-hora médio real dos homens era 14,4% inferior aos das mulheres, e, na segunda, 4,2% (Tabela 4)¹⁵. O HRG deteriorou-se mais na categoria de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, uma vez que a situação favorável às mulheres, no 4.º trim./2019, teve uma inflexão, com esse indicador passando de -6,0% naquele trimestre para 2,4% no 1.º trim./2020. Deve-se assinalar, todavia, que, no caso dessa categoria, para ambos os sexos, houve melhora do rendimento-hora médio real nessa referência comparativa, tendo sido esta mais acentuada para o segmento masculino.

Cotejando-se agora o 1.º trim./2020 com o 1.º trim./2019, confirma-se a redução do HRG dos ocupados informais de 10,9% para 9,6% (Tabela 4). Todavia, nesse caso, tal decréscimo está fundamentado em desempenho positivo do rendimento-hora médio real de ambos os sexos, mas superior entre as mulheres em relação aos homens — ou seja, tratava-se de uma mudança promissora da desigualdade de rendimentos de gênero (Tabela 3). Conforme se pode constatar, nessa referência comparativa, a desigualdade de rendimentos evoluiu de maneira favorável para as mulheres em três das quatro categorias de ocupados informais, sendo a exceção a dos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado.

2 O EMPREGO FORMAL NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL (2004-18)

Desde 2014, encontra-se esgotado um longo período de crescimento do emprego formal, que havia se iniciado em 2004 e dinamizou o mercado de trabalho do País e do Rio Grande do Sul, bem como de todas as regiões gaúchas, como se pode visualizar no Gráfico 10, o qual consolida informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (sucedeânea do Ministério do Trabalho). O Estado, naquele decênio, chegou a registrar, em 2010, um crescimento de 7,8%, relativamente ao ano anterior, do número de vínculos oficializados de trabalho, a maior variação da série. Tal impulso arrefeceu gradualmente, até se chegar à modesta elevação de 0,8% em 2014, na comparação com 2013, e, a partir de então, sobrevieram quatro anos de retração do contingente formalmente empregado. Essa redução foi intensa em 2015 e 2016 (-3,3% e -3,1% respectivamente), situando-se, a seguir, nas proximidades de uma estagnação (-0,3% e -0,1% em 2017 e 2018, sempre frente ao ano anterior). Ao final de 2018, último dado disponível, o Estado computava 2,9 milhões de empregados formais. Na comparação com o último ano de expansão do mercado de trabalho, 2014, esse total assinalava a perda de 209 mil empregos, o que equivale a 6,7% do total de vínculos formais daquele ano.

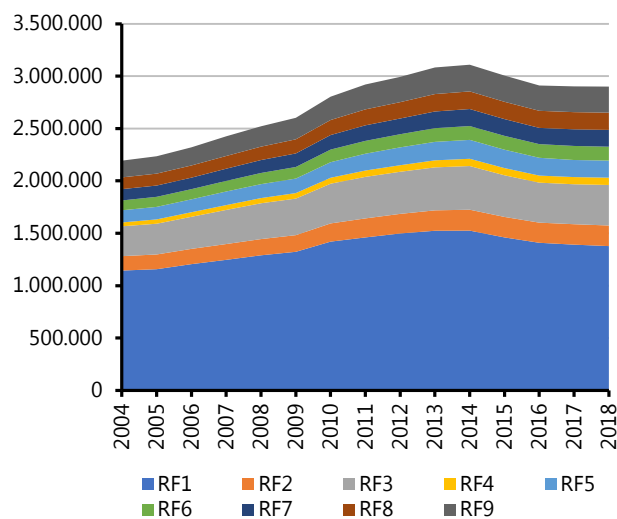
Nesta seção do Boletim, aborda-se essa dinâmica recente do emprego formal no Estado a partir da subdivisão de seu território em nove Regiões Funcionais (RFs), unidade utilizada pelo Poder Executivo gaúcho para fins de planejamento, conferindo-se uma atenção especial ao emprego na indústria de transformação (IT). As nove RFs são muito heterogêneas, quer do ponto de vista de sua extensão, quer de sua estrutura produtiva, de seu tamanho populacional ou do número de municípios abrangidos.

O Gráfico 10 permite apreender o contraste entre as dimensões dos mercados formais de trabalho das nove RFs. A RF1, que é nucleada pela Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), concentrava, em 2018, 47,5% do total de vínculos captados pela RAIS; seguia-se, em número de empregos, a RF3, que abarca a Serra, com 13,3%. O terceiro maior volume de vínculos formais de trabalho encontrava-se na RF9, o

¹⁵ Um HRG negativo significa que o rendimento-hora médio real dos homens é inferior ao das mulheres.

Norte, que respondia por 8,6% do total. Juntas, essas três regiões contíguas concentravam 69,4% do emprego gaúcho com vínculo formalizado. A parcela menos expressiva desse universo localizava-se na RF4, que abrange o Litoral Norte: apenas 2,4% do total do Estado em 2018.

Gráfico 10 - Número de empregos formais totais, por Região Funcional (RF), no Rio Grande do Sul — 2004-18

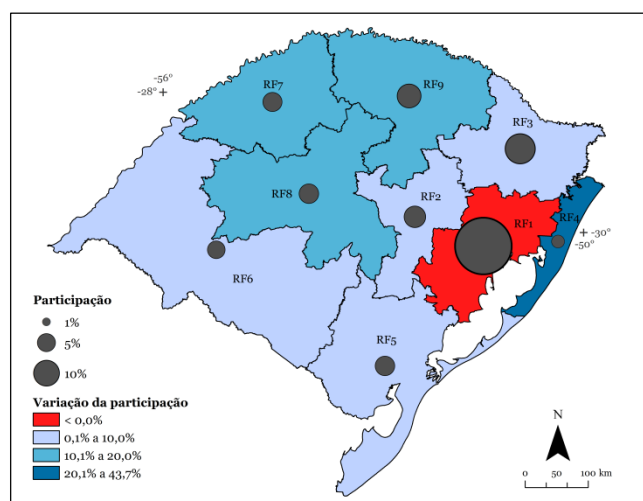


2.1 A DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO

As participações de cada RF no contingente formalmente empregado no Estado, em 2018, já expressavam, por certo, as movimentações, diferenciadas, que esses mercados experimentaram nos anos anteriores. Mantendo-se a comparação entre o ano de 2018 e o de 2014, último que apresentou resultado positivo para o conjunto do Rio Grande do Sul, constata-se que a trajetória mais adversa, em termos relativos, foi a da RF1, cujo número de empregos decresceu 9,7% no acumulado desses quatro últimos anos disponíveis. Virtualmente idêntica foi a variação da RF5, que abrange o extremo sul gaúcho e retraiu-se em 9,6%. Duas RFs lograram estabilidade, até mesmo um discreto crescimento acumulado (0,6%, em ambos os casos): a RF4 (Litoral) e a RF6 (Campanha). Quanto às cinco outras regiões, a redução em quatro delas situou-se entre 1,4% e 2,3% (RFs 2, 7, 8 e 9); na RF3, a segunda maior em número de empregos, o encolhimento foi de nada menos do que 7,2%, o terceiro mais severo.

De modo geral, as tendências de expansão e contração do emprego na economia gaúcha se fazem sentir no conjunto das nove RFs, porém com diferenças temporais e de intensidade, que refletem dinâmicas produtivas, concorrenciais, institucionais, próprias de cada um desses territórios. São elas que permitem identificar, em um intervalo de mais longo prazo, alterações relevantes nos pesos relativos que cada região ostenta no conjunto do emprego formal gaúcho, que certamente expressam e provocam um conjunto de transformações socioeconômicas.

Mapa 1 - Participação das Regiões Funcionais (RFs) no emprego formal em 2018 e variação dessa participação no período 2004-18



Como o Mapa 1 expressa, no período de 2004 a 2018, uma só região perdeu representatividade no mercado formal de trabalho do Estado: a RF1, da Região Metropolitana de Porto Alegre, viu sua participação recuar quase 5 p.p., ou cerca de 9%, descendendo dos 52,2% que concentrava para os 47,5% que detinha no último registro. É importante ressaltar que esse movimento de desconcentração marca toda a série: é bastante reconhecível em toda a fase de dinamização do mercado de trabalho e se mantém nos quatro anos até aqui apurados de retração. A perda de participação da RF1 repetiu-se em praticamente todos os anos, com duas exceções (2006 e 2012), quando oscilou positivamente 0,1 p.p., tão somente, com relação ao ano anterior. No acumulado de toda a série, o emprego metropolitano marcou variação de 20,4%, bastante inferior à do conjunto do Rio Grande do Sul (32,2%) e 15 p.p. atrás da região com o segundo pior desempenho (RF3).

As oito RFs restantes conquistaram parcelas — bastante diferenciadas — dessa perda relativa da Região Metropolitana de Porto Alegre e apresentaram ganhos de participação no emprego total do Estado entre 2004 e 2018. A região em que esse avanço é mais notável, proporcionalmente à representatividade de que dispunha inicialmente, é justamente a mais diminuta, a RF4, do Litoral. Conquistando 0,7 p.p., sua fatia cresceu de 1,7% para 2,4%, o que representa um aumento de mais de 40% de seu percentual de participação. Tomando-se a variação do número de empregados da região, essa atinge 90,0%, a mais elevada, com larga distância sobre a segunda colocada, a RF9 (55,6%), tendo-se por referência que o resultado para o Estado em seu conjunto foi de 32,2%. Reitera-se, no entanto, a pequena expressão da RF4 no agregado do Rio Grande do Sul: o número de postos de trabalho que gerou entre 2004 e 2018 foi de, aproximadamente, 33 mil, enquanto o mercado formal gaúcho produziu um saldo de 707 mil. Ainda por esse critério de maiores variações dos percentuais de participação das regiões, seguiram-se à RF4 as RFs 9, 7 e 8, em ordem decrescente.

Se, alternativamente, se tomam as regiões que conquistaram mais pontos percentuais na distribuição do emprego gaúcho entre 2004 e 2018, a liderança é da RF9, que avançou 1,3 p.p. (de 7,3% para 8,6%). Como já foi mencionado, ela tem a segunda maior variação de contingente no período: o número de vínculos formais na Região cresceu 55,6% nos 15 anos considerados.

A desconcentração que se verifica, essencialmente, a partir da perda de representatividade da RF1 é reforçada quando se constata que a segunda maior região empregadora, a RF3, é a que teve a segunda menor expansão do emprego no período 2004-18. A região serrana logrou crescer um pouco mais (35,8%) do que o agregado do RS (32,2%), já que esse é fortemente condicionado pela Região Metropolitana, que ainda detinha cerca de metade do mercado formal de trabalho estadual; com isso, teve um residual avanço de participação no total do RS. Esse, porém, foi o menos expressivo entre as oito regiões, excetuada a RF1.

Tabela 5 - Número total de empregados formais nas Regiões Funcionais (RFs) e no Rio Grande do Sul — 2004-18

RFs	2004	2005	2006	2007	2008
RF1	1.143.948	1.156.975	1.205.328	1.246.413	1.289.612
RF2	137.634	140.497	145.817	150.587	154.909
RF3	284.833	293.642	305.921	325.837	342.077
RF4	36.748	41.330	43.874	46.156	49.370
RF5	116.343	119.515	122.972	129.989	132.936
RF6	93.782	95.883	97.419	100.924	106.640
RF7	108.088	107.940	109.725	116.704	123.775
RF8	111.983	113.894	116.562	121.362	127.674
RF9	159.973	165.797	173.129	187.872	194.318
Total	2.193.332	2.235.473	2.320.747	2.425.844	2.521.311
RFs	2009	2010	2011	2012	2013
RF1	1.323.065	1.420.228	1.460.375	1.498.202	1.523.954
RF2	158.928	173.790	181.491	186.927	194.866
RF3	348.869	379.172	396.571	401.971	410.450
RF4	52.634	56.774	60.603	62.760	67.009
RF5	138.801	148.527	160.530	170.239	176.446
RF6	110.475	120.463	122.484	125.584	130.480
RF7	129.455	138.899	148.429	150.120	159.575
RF8	134.521	143.477	152.375	156.166	166.361
RF9	205.572	222.832	237.731	241.062	253.850
Total	2.602.320	2.804.162	2.920.589	2.993.031	3.082.991
RFs	2014	2015	2016	2017	2018
RF1	1.525.323	1.460.353	1.408.980	1.391.304	1.377.528
RF2	199.631	195.628	192.405	195.061	196.736
RF3	416.861	397.639	381.919	381.526	386.677
RF4	69.401	68.676	67.457	68.448	69.830
RF5	180.248	175.408	169.822	162.995	163.021
RF6	132.134	132.283	130.409	134.263	132.890
RF7	162.538	160.021	155.090	158.834	160.256
RF8	168.302	164.935	163.131	164.017	164.577
RF9	254.741	250.606	241.670	245.925	248.912
Total	3.109.179	3.005.549	2.910.883	2.902.373	2.900.427

Fonte: RAIS (BRASIL, 2020).

2.2 A RETRAÇÃO RELATIVA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E SUA REDISTRIBUIÇÃO REGIONAL

O desempenho do emprego formal na indústria de transformação do Estado e sua distribuição espacial merecem aqui uma breve análise, tendo-se em conta a importância estratégica que o setor possui como indutor das demais atividades econômicas e, também, as evidências de que é nele que a RF1 sela a perda relativa pela qual passa, no âmbito do mercado formal de trabalho gaúcho, ao longo do período analisado.

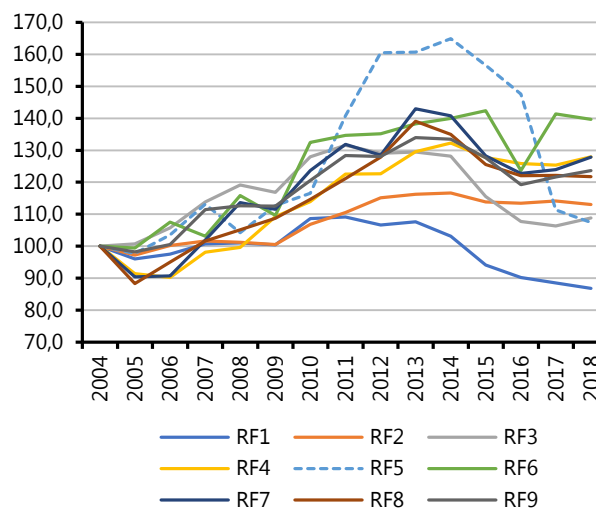
A IT, no conjunto do Estado, passa por uma pronunciada diminuição de sua participação no total do emprego. De 28,4% do mercado formal de trabalho

gaúcho em 2004, ela chegou a 2018 representando 21,8%. Serviços e comércio são os principais “beneficiários” dessa transformação estrutural, que, muito provavelmente, expressa tanto as tendências gerais das economias contemporâneas, de uma progressiva terciarização da ocupação, quanto mudanças da posição do Estado e do País em circuitos de concorrência e de divisão espacial do trabalho. Essa ordem de discussão não será aqui enfrentada.

A RMPA e seu entorno, que concentraram historicamente uma parcela preponderante da estrutura industrial gaúcha, se veem mais drasticamente afetados por esse movimento. É importante que se diga que a Região perdeu participação, frente ao emprego estadual, em todos os setores, entre 2004 e 2018, com exceção da agropecuária, que representava menos de 0,7% do emprego formal da RF1 em 2004(16). Porém, foi a indústria de transformação o setor em que ela registrou uma significativa diminuição absoluta de empregos entre os dois extremos de tempo analisados (-13,2%), enquanto nenhuma das outras RFs sofreu variação setorial negativa no período. Dos subsetores industriais, a RF1 teve a contração mais acentuada do emprego no de calçados (-39,2%), mas esse percentual foi muito próximo ao do agregado do Estado (por ela fortemente determinado), o que indica que não houve realocação significativa no território gaúcho. Situação semelhante ocorreu com o subsetor borracha, fumo e couros, em que as perdas da RF1 e do Estado foram quase coincidentes (-20,4% e -21,0%). Já na metalurgia, enquanto a região da RMPA eliminou 17,3% de seus empregos entre 2004 e 2018, o Rio Grande do Sul conseguiu conservar o estoque com pequena variação positiva de 1,4%, com o crescimento de regiões com menor peso, mas, sobretudo, da RF3, serrana, que ganhou participação gradativamente e assumiu, justamente neste último ano, a primeira posição. Na química, o sinal negativo do emprego formal na RF1 (-12,8%) contrastou com a elevação de 8,8% obtida pelo agregado gaúcho. Todas as outras RFs mostraram expansão, sejam aquelas em que o subsetor é pouco expressivo, sejam as que têm um parque mais relevante. Na mecânica e em alimentos e bebidas, relevantes na estrutura do emprego industrial da RF1, a região obteve crescimento, porém mui-

to inferior, percentualmente, ao do Estado em seu conjunto, consagrando outras frentes de retração relativa da RMPA e de seu entorno na produção secundária.

Gráfico 11 - Índice do volume de emprego formal na indústria de transformação das Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — 2004-18



Fonte: RAIS (BRASIL, 2020).

Sempre se considerando o período de 2004 a 2018, o recuo da participação da RF1 no emprego gaúcho da indústria de transformação foi de 48,5% para 41,6%; na administração pública, de 62,3% para 53,9%; na construção, de 57,0% para 51,4%; nos serviços, de 59,4% para 55,2%; no comércio, de 44,0% para 40,9%. Esses percentuais expressam que a Região Funcional que sedia a Capital continua a concentrar uma parcela leonina do emprego formal. Ao mesmo tempo, explicita que a desconcentração por que passa o mercado de trabalho gaúcho é intensa. Ao longo da série temporal, chama a atenção o fato de que essa tendência atravessa tanto a fase de dinamização da economia e da ocupação quanto os anos de reversão do crescimento, o que reforça o caráter estrutural dessa mudança de ponderações regionais no Estado.

Tomando-se, agora, o conjunto das nove RFs e a evolução do contingente formalmente empregado em sua indústria de transformação, constata-se que as trajetórias têm maior dispersão do que as do emprego total. A RF1, desde 2011, isola-se como a menos dinâmica, e de 2015 em diante encontra-se abaixo, e sempre mais abaixo, do patamar com que iniciou a série. Com desempenhos menos negativos, mas acompanhando a RF1 nessa “zona” do gráfico das evoluções menos favoráveis, especialmente na segun-

¹⁶ Em apenas mais um setor, a Região Funcional que abriga a Capital enfrentou perda absoluta de empregos nesse arco de tempo: a administração pública. Nesse caso, a retração limitou-se a 1,6%; além disso, a IT detinha peso superior no emprego regional ao da administração (26,4% versus 21,4%, respectivamente, em 2004).

da metade da série temporal, encontram-se as duas RFs em que a indústria de transformação desfruta de maior peso no emprego interno: a RF2, que congrega os Vales do Taquari e do Rio Pardo, e a RF3, que abrange os municípios serranos. Esta última, que detém a segunda maior parcela do emprego setorial do Estado (24,0% em 2018), iniciou e encerrou o período como aquela em que a IT desfruta do maior peso no emprego interno; entretanto, se, em 2004, o setor atingia 49,0% do mercado formal serrano, em 2018 essa participação recuou para 39,3%. Já na RF2, esses percentuais passaram de 44,4% para 35,1% no mesmo período. Essa região era, em 2018, a que detinha a terceira maior fatia do emprego da IT gaúcha (10,9%). As trajetórias da RF2 e da RF3 distinguem-se fundamentalmente porque a primeira mostra, em toda a série, um impulso bem menos intenso do que o de boa parte das demais regiões, mantendo seu volume de emprego industrial praticamente estagnado a partir de 2012. Já a Serra tem uma das performances mais positivas até 2011; parou de crescer, mas conseguiu conservar com poucas perdas seu contingente até 2014. No entanto, especialmente nos dois anos seguintes, seu declínio passou a ser acentuado, com uma virtual estagnação em 2017 e 2018.

O que se observa até aqui é que, a reforçar a percepção de um movimento consistente de desconcentração industrial, as três regiões que ostentam as maiores parcelas do emprego setorial gaúcho — entre as quais estão as duas em que o setor mais pesa na ocupação interna ao território — são as que piores desempenhos apresentaram no cômputo da série (e, com exceção da RF3, ao longo de quase toda ela).

Passando, evidentemente, por conjunturas diferenciadas e cadências heterogêneas, expandiu-se, relativa e absolutamente, o emprego formal da IT em regiões menos significativas, quantitativamente, no mercado de trabalho setorial do Estado.

Uma trajetória radicalmente diferenciada e, pode-se dizer, dramática, pela intensidade de suas inflexões, foi a da RF5, Sul do Estado, que sintetiza, pode-se considerar, a expectativa e os investimentos gerados pela perspectiva de consolidação de um polo naval na região e, a seguir, o refluxo desencadeado pela completa reversão desse projeto produtivo. O emprego industrial da região passou por uma expansão acelerada a partir de 2009 e, em 2015, encontrava-se em um patamar de crescimento (sempre se tendo por referência o ano de 2004) sem paralelo, ao

longo de toda a série, para qualquer das regiões funcionais. Tendo principiado com uma participação de 2,7% no emprego setorial do Estado, em 2004, a Região Sul atingia 3,8%, nesse ápice, quando sua força de trabalho formalmente empregada na IT se encontrava 64,9% mais numerosa do que no início da série. A partir de então, a retração foi vertiginosa, especialmente de 2016 para 2017, e a RF5 encerrou a série com a segunda pior variação do emprego na IT, comparativamente a 2004, superando apenas a metropolitana RF1. Cotejando-se com 2014, o ano do apogeu, a RF5 havia eliminado, em 2018, 34,8% do emprego industrial; no subsetor material de transporte, estarecedores 91,2% dos 8,6 mil postos que havia atingido no ano de máxima ocupação.

O destaque positivo do ponto de vista da evolução do emprego industrial parece caber a uma região em que o setor alcançou uma de suas menores participações no emprego, a RF6. Nela, em 2018, a IT representava 9,3% dos vínculos formalizados de trabalho, percentual pouco superior ao menor entre as regiões funcionais, o da RF4, Litoral (9,1%). A RF6, que abarca a zona da Campanha e a Fronteira Oeste, manteve, ao longo da série, uma posição entre as mais elevadas nesse índice de evolução de seu emprego setorial e a encerrou com o melhor desempenho relativamente a 2004: em 2018, o número de postos da IT encontrava-se 39,7% acima do ponto de partida. De qualquer modo, ao final dos 15 anos analisados, a RF6 detinha apenas 2,0% do emprego industrial gaúcho.

A RF7 e a RF9, mais significativas na distribuição territorial da força de trabalho da IT gaúcha (5,3% e 8,9%, respectivamente, em 2018), também obtiveram resultados que se distanciaram, positivamente, do agregado gaúcho nessa comparação entre os extremos do período analisado. O emprego industrial no RS, lembrando-se, entre 2004 e 2018, cresceu apenas 1,3%; o da RF7, 27,9%; o da RF9, 23,6%. Na primeira, que se localiza na Fronteira Noroeste, dentre os sub-setores de maior relevância na estrutura industrial regional, os que tiveram expansões mais significativas do emprego foram alimentos e bebidas (crescimento de 144,1% entre 2004 e 2018) e mecânica (28,8%). Na RF9, Norte, por sua vez, alimentos e bebidas cresceram 50,0% no mesmo período, chegando a 2018 com participação de 46,7% no emprego setorial da região. Variações importantes registraram-se na química (102,7%) — que, no entanto, se limitava a 5,6% dos postos da IT, em 2018 — e na metalurgia (41,4% de

variação positiva; 7,2% de participação ao final do período).

Tabela 6 - Número de empregados formais nos subsetores da indústria de transformação das Regiões Funcionais (RFs) e do Rio Grande do Sul — 2018

RFs	MINERAL NÃO METÁLICO	METALÚRGICA	MECÂNICA	ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE TRANSPORTE	MADEIRA E MOBILIÁRIO	PAPEL E GRÁFICA
RF1 ...	6.158	22.770	25.416	8.337	14.127	14.945	12.499
RF2 ...	1.778	4.891	3.656	843	883	4.484	1.329
RF3 ...	3.211	23.304	14.250	4.254	23.355	19.793	5.027
RF4 ...	498	245	118	26	111	1.096	121
RF5 ...	587	781	1.038	152	718	1.201	343
RF6 ...	882	357	199	31	37	202	283
RF7 ...	822	2.382	10.620	1.230	202	2.181	826
RF8 ...	1.061	1.406	6.800	312	165	1.091	763
RF9 ...	1.984	4.044	5.245	301	1.850	4.717	1.849
Total	16.981	60.180	67.342	15.486	41.448	49.710	23.040

RFs	BORRACHA, FUMO, COURO	QUÍMICA	TÊXTIL	CALÇADOS	ALIMENTOS E BEBIDAS	TOTAL
RF1 ...	21.503	25.257	12.575	62.772	36.276	262.635
RF2 ...	6.958	3.204	2.973	14.686	23.422	69.107
RF3 ...	6.528	12.432	9.003	5.821	24.913	151.891
RF4 ...	41	272	200	2.330	1.282	6.340
RF5 ...	812	2.809	277	13	9.489	18.220
RF6 ...	282	77	325	51	9.675	12.401
RF7 ...	707	822	1.221	457	11.867	33.337
RF8 ...	1.272	731	390	1.162	6.634	21.787
RF9 ...	2.537	3.162	3.183	1.164	26.302	56.338
Total	40.640	48.766	30.147	88.456	149.860	632.056

Fonte: RAIS (BRASIL, 2020).

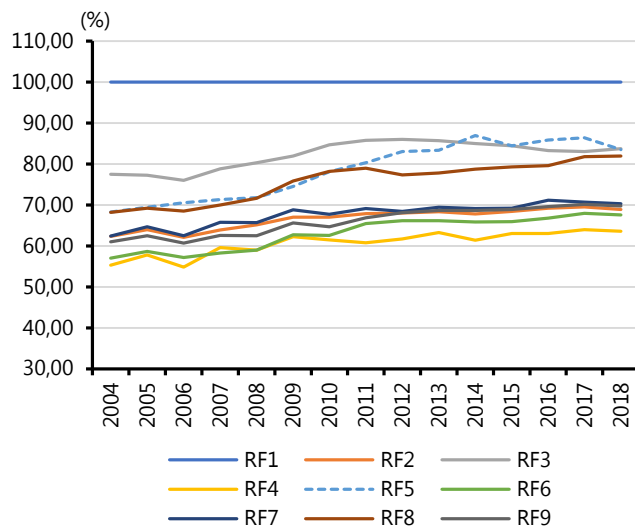
Em síntese, as trajetórias regionais que se apreendem nessa abordagem sucinta reforçam, de um lado, as especificidades dos processos e das dinâmicas dos diferentes territórios; de outro, realçam as evidências de um movimento de desconcentração, que se identifica tanto na fase de expansão generalizada do emprego formal quanto nos anos mais recentes, de arrefecimento e retração.

2.3 DIFERENCIAIS REGIONAIS DE SALÁRIOS

Durante toda a série aqui analisada, os salários médios praticados no mercado formal de trabalho tiveram na RF1 seu mais alto valor na comparação entre as nove RFs. O Gráfico 12 permite visualizar que a tendência, ao longo do período, é de convergência, embora se mantenham distâncias consideráveis em

2018. Em 2004, a maior distância que se verificava frente à remuneração da RMPA e entorno ocorria na RF4, Litoral, cujo salário médio era cerca de 45% inferior. Em 2018, era ainda essa região a que pagava menos, em média, aos seus empregados formais, mas a desvantagem havia se reduzido para cerca de 36,5%. Ao longo da série até 2014, a Serra, RF3, manteve uma segunda colocação relativamente segura, tendo essa posição disputada a partir do momento de maior aquecimento do mercado de trabalho da RF5, Sul, que vivia a expectativa da deflagração das atividades do polo naval. Quando esse projeto malogrou, cabe assinalar, os salários médios não recuaram tanto quanto o volume de empregos, acima referido, e o valor de suas remunerações médias superou os da RF3 em vários dos anos seguintes, terminando a série, em 2018, em virtual empate. O ganho relativo da RF5 foi o mais intenso, com esse parâmetro, seguindo-se a RF8, que circunscreve a Região Central do Estado, eminentemente terciária, nucleada por Santa Maria. Dentre as que praticam os menores rendimentos, merece destaque ainda a RF6, da Campanha, que ficou em penúltima colocação ao longo de quase toda a série, mas teve a terceira mais intensa diminuição do seu diferencial frente à RMPA.

Gráfico 12 - Valor dos salários médios nas Regiões Funcionais (RFs), relativamente aos da RF1, do Rio Grande do Sul — 2004-18



Fonte: RAIS (BRASIL, 2020).

Nota: 1. Tomaram-se os salários médios nominais dos empregados em 31 de dezembro de cada ano.

2. Os dados têm como base a RF1 = 100.

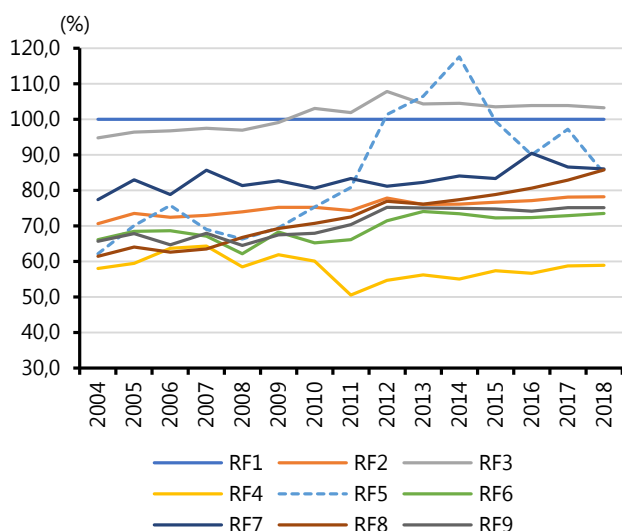
As diferenças de padrões salariais têm múltiplos condicionantes, que vão desde o custo de vida das regiões até as pressões competitivas por trabalho,

passando por elementos institucionais, de organização produtiva e sindical, além dos constrangimentos da própria posição competitiva das empresas em seus mercados. Ao lado de fatores de natureza mais propriamente regional, uma parte desses condicionantes responde à dimensão setorial. Com isso, as transformações por que passam as estruturas produtivas de cada região têm efeitos relevantes sobre as remunerações, sobretudo quando analisadas por suas médias gerais.

Assim como no item anterior, faz-se aqui um destaque para a dinâmica da indústria de transformação, que traz alguns contrastes com o comportamento dos salários médios do conjunto dos setores.

Nesse setor, a RF1 liderou, com os maiores salários médios, apenas até o ano de 2010, quando foi ultrapassada (definitivamente) pela RF3. Entre 2012 e 2014, a RF5 também superava a RMPA e seu entorno, tendo chegado a assumir a primeira posição, acima da RF3, nos dois últimos desses três anos. Na indústria, diferentemente do que se viu para o salário do conjunto dos setores, a frustração do projeto do polo naval consubstanciou-se em rápida e acentuada deterioração do padrão salarial na RF5, que chegou a 2018 em quinta posição (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Valor dos salários médios na indústria de transformação das Regiões Funcionais (RFs), relativamente aos da RF1, do Rio Grande do Sul — 2004-18



Fonte: RAIS (BRASIL, 2020).

Nota: 1. Tomaram-se os salários médios nominais dos empregados em 31 de dezembro de cada ano.

2. Os dados têm como base a RF1 = 100.

A dispersão dos valores apurados para os salários médios regionais na indústria demonstra-se mais

elevada do que a verificada quando tomado o conjunto do emprego formal de todos os setores. Com o patamar mais reduzido, durante quase toda a série, a RF4 chegou a 2018 com uma remuneração média setorial 41% inferior à da RF1, tratada como referência nesse exercício analítico, e quase 45% abaixo daquela da RF3. A segunda posição mais desvantajosa encontrava-se, ao final da série e em quase toda ela, com a RF6.

O destaque positivo pela trajetória de avanço relativo frente às demais RFs pode ser dado à RF8, que partiu de um diferencial a menor de cerca de 39% frente à RF1 e chegou a 2018 tendo-o reduzido a pouco mais de 14%. Também a RF5, cuja trajetória de variações mais intensas e abruptas já foi registrada, terminou a série com um avanço relativo considerável, o segundo mais expressivo: de um salário médio industrial quase 38% inferior à referência metropolitana, chegou a um diferencial de pouco mais de 15%, porém em meio a uma sequência de declínios de sua posição.

Esta seção procurou ressaltar a diversidade de trajetórias regionais que a análise do mercado de trabalho gaúcho, quando tratado agregadamente, muitas vezes precisa desconsiderar. Ao se operar com nove unidades territoriais, em 15 observações anuais, e se buscar contemplar uma abertura setorial e mesmo em subsetores da estrutura produtiva, incorre-se, necessariamente, em um tratamento aproximativo, que não se propõe a explorar a complexidade de fatores que condicionam esses processos territorialmente ancorados. Alguns elementos analíticos emergem, no entanto, com clareza, além da própria afirmação da heterogeneidade regional: a desconcentração do emprego formal, com a retração relativa da Região Funcional que sedia a Capital e seu entorno em favor de outras porções do Estado é a principal delas. A perda de peso relativo da indústria de transformação na estrutura setorial a ela se articula, mas tem implicações próprias. Os diferenciais de salários, na comparação das regiões, revelam também seu caráter dinâmico, mas mantêm-se em uma medida que evidencia que os mercados regionais operam com parâmetros que não se diluem em uma única e mesma arena de concorrência e de formação de preços, entre os quais o da força de trabalho.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua** - Divulgação Trimestral — 1.º trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, maio 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — PNAD Contínua. **Microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Base Estatística RAIS**. 2020. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 28 maio 2020.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

planejamento.rs.gov.br